

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ: INTELLECTUAIS INDÍGENAS NA AMÉRICA CONTEMPORÂNEA: HISTÓRIAS, SABERES E RESISTÊNCIAS EM TEMPOS DE CRISE

| 199

A participação dos intelectuais indígenas na esfera pública tem gerado múltiplas reflexões sobre como as narrativas nacionais e a gramática analítica moderna ainda são hegemônicas nos modos de fazer história e política no continente americano. Todavia, em tempos de crise e diante dos desafios ambientais, econômicos, éticos e epistemológicos contemporâneos, torna-se evidente a importância de reconhecer e valorizar diferentes narrativas e perspectivas sobre mudanças climáticas, esgotamento dos modelos econômicos vigentes e limites da política moderna (ou da política em seu sentido usual), assim como distintas percepções sobre passado, presente e futuro, provenientes de cosmologias múltiplas, por vezes qualificadas como não-ocidentais ou extramodernas.

Para compreender as reflexões dos intelectuais indígenas em diálogo com suas próprias historicidades e formas políticas de ação no mundo, é fundamental interpretá-las como narrativas que podem desestabilizar o repertório de conceitos e categorias analíticas da história disciplinar, tidos como autoevidentes e universais. É igualmente importante compreender que a escrita, antes instrumento de dominação e imposição das hierarquias coloniais, converteu-se em um poderoso meio de visibilização das histórias e resistências indígenas, embora nem sempre seja simples elucidar os limites entre a especificidade do trabalho intelectual indígena e o diálogo estabelecido por esses intelectuais com o vocabulário político e os aparatos institucionais modernos.

Pensando em lançar luz sobre as histórias e resistências plurais em tempos de crise no continente americano, o presente dossiê reúne 12 artigos, unidos pelo esforço coletivo de visibilizar e legitimar a intelectualidade indígena como protagonista de diferentes formas de resistência e articuladoras de epistemologias e ontologias plurais, que desafiam a hegemonia das práticas de mundo e do pensamento ocidentais. Temas como a agência histórica dos povos indígenas nas escolas, universidades e literatura; o território como espaço indissociável da ancestralidade e da identidade política; a imaginação de futuros que rompam com a lógica linear do progresso ocidental e a importância de reformulação das práticas científicas em prol da sua coexistência com a pluralidade de saberes ancestrais perpassam os textos que compõem o dossiê.

Em “Reflexões sobre ‘A nova História Indígena’ e a História Ambiental Xokó da Ilha de São Pedro/Caiçara, semiárido do Alto Sertão Sergipano (1970-1990)”, artigo que inaugura este dossiê, Ivanilson Martins Xokó analisa o processo de resistência do povo Xokó no semiárido sergipano entre as décadas de 1970 e 1990, sob a ótica da “Nova História Indígena” e da História Ambiental. O autor explora as estratégias de sobrevivência e o protagonismo étnico na retomada do território Ilha de São Pedro/Caiçara frente aos conflitos com latifundiários. Através da História Oral e de uma perspectiva interdisciplinar, o

artigo convida o leitor a repensar a ancestralidade e o direito territorial como elementos vivos e fundamentais da história do Brasil contemporâneo.

Michelle de Reis Macedo, em “Teko Haw Maraka'nà quebrando o asfalto: Raízes da ancestralidade indígena e cosmopolíticas na cidade do Rio de Janeiro”, desloca o olhar da pesquisa para a resistência indígena no coração da metrópole carioca. A experiência da Teko Haw Maraka'nà é o eixo central deste artigo, que a apresenta como um potente agente epistêmico e político. A autora discute como essa aldeia urbana desafia a lógica da propriedade privada e as narrativas históricas únicas em pleno Rio de Janeiro, posicionando o território como uma fronteira viva de resistência e como o eixo inegociável da identidade e da vida. Através dos conceitos de ontologia política e cosmohistória, o texto revela as estratégias da intelectualidade indígena para confrontar a “letalidade branca”. Trata-se de uma leitura essencial para compreender os novos modos de existir e de cuidar do território em contextos urbanos contemporâneos, atenta à especificidade das práticas indígenas.

Kalina Vanderlei Silva, em “Filosofias estético-políticas como resposta aos apocalipses coloniais: futurismos indígenas a partir de *Turtle Islands*”, investiga o movimento dos “Futurismos Indígenas” originados em Turtle Island (América do Norte) e suas ressonâncias no cenário artístico e intelectual brasileiro. A autora propõe uma leitura da arte e da ficção especulativa não apenas como formas estéticas, mas como ferramentas teóricas e contracoloniais que desafiam as noções ocidentais de ciência e intelectualidade. Ao analisar produções literárias e visuais, como as de Kadu Tapuya e Grace Dillon, o artigo demonstra como a imaginação de futuros possíveis atua como uma resposta vital aos “apocalipses coloniais”.

O texto “El amawt’a Avelino Siñani e a formação de uma intelectualidade indígena no contexto das reformas educativas na Bolívia (1905 - 1940)”, de Bruno Azambuja Araujo, analisa a trajetória do educador aimará Avelino Siñani, situando-o como peça-chave na formação de uma intelectualidade indígena na Bolívia no século XX. A partir do conceito de cosmopolítica, o autor revela como a célebre Escuela-Ayllu de Warisata ressignificou o sentido do *ayllu* andino frente às tentativas estatais de “civilização”. O artigo aborda a educação não apenas como alfabetização, mas como uma ferramenta estratégica para a autonomia e a recuperação de territórios históricos.

Gabriel Caetano Moreira, em “A mestiça em Analdúa e ch’ixi em Cusicanqui: proposições teóricas para além do ‘entre’”, estabelece um diálogo fértil entre as categorias de mestiza, em Gloria Anzaldúa, e ch’ixi, em Silvia Rivera Cusicanqui. Ao confrontar a lógica binária do “entre-lugares”, o autor propõe uma reflexão sobre epistemologias corporificadas que desafiam a homogeneização colonial na América Latina. O artigo busca, nesse sentido, pensar a mestiçagem não como síntese pacífica, mas como uma coexistência de diferenças em eterna tensão e resistência, incentivando assim o descolonizar de saberes e a compreensão da pluralidade das identidades fronteiriças contemporâneas.

Adrisson Ferreira da Silva, Ana Cristina Martinez, Adriana Aparecida de Biazzi (Kaingang) e João Rivelino Barreto (Tukano, sib Yúpuri Sararó), autores do

artigo “A universidade é território indígena: trajetórias e experiências indígenas na demarcação, territorialidade e produção de epistemologias plurais no Ensino Superior”, analisam como professores indígenas, ao ocuparem o ensino superior, reconfiguram a universidade como um “território de demarcação” simbólica e epistemológica. A partir das trajetórias desses intelectuais, os autores mostram que a docência não se limita ao espaço da sala de aula: ela opera como prática política de *reflorestamento* epistemológico e de confronto ao racismo institucional. Ao reivindicar territorialidades e cosmologias próprias como critérios de produção de conhecimento, o artigo explicita a força da presença indígena na reconfiguração do pensamento acadêmico e na disputa por um ensino superior realmente plural.

Em “Literatura indígena contemporânea no Brasil: temporalidades avessas à modernidade e ao tempo hegemônico do colonizador”, Henrique Bresolin investiga como a literatura indígena contemporânea no Brasil desafia a concepção linear e hegemônica de tempo imposta pela colonização. Através das obras de autores fundamentais, o texto explora o conceito de “temporalidades avessas”, demonstrando como o passado, o presente e o futuro se entrelaçam em narrativas que resistem à modernidade ocidental. Ao dialogar com intelectuais como Mário Pedrosa e Nestor Canclini, o autor oferece uma reflexão profunda sobre a arte indígena como forma de oposição ao tempo hegemônico da modernidade ocidental.

Uislei Rodrigues, em “O canto dos pássaros: proposições sobre a intelectualidade indígena”, propõe uma reflexão sobre as múltiplas concepções de intelectualidade indígena, utilizando a metáfora do “canto dos pássaros” para legitimar saberes historicamente invisibilizados pelo cânone ocidental. O autor problematiza as definições clássicas e sugere novos horizontes interpretativos que articulam ancestralidade, oralidade e espiritualidade como paradigmas científicos próprios. Ao apresentar o conceito de “indigenologias”, o artigo convida o leitor a tensionar as fronteiras da ciência e da educação, reconhecendo os intelectuais indígenas não apenas como sujeitos de resistência, mas como formuladores de epistemologias plurais e urgentes para o mundo contemporâneo.

Júlia Paranhos, em “Sonhar como modo de existir: epistemologias indígenas e a insurgência dos sonhos em contextos de colapso”, analisa o sonho não como fantasia subjetiva, mas como uma prática relacional e epistemológica fundamental para diversos povos indígenas no Brasil. Ao investigar obras de intelectuais indígenas como Davi Kopenawa e Glicéria Tupinambá, o artigo demonstra como a atividade onírica orienta decisões políticas, estratégias de cura e resistências cosmológicas diante do colapso ambiental e da necropolítica contemporânea.

“Outros mundos e humanidades possíveis: uma leitura da obra de Ailton Krenak”, de Maria de Fátima da Silveira, aborda a produção intelectual de Ailton Krenak, destacando seu papel fundamental na emergência do pensamento indígena no debate político e acadêmico contemporâneo. O artigo promove um diálogo entre as reflexões de Krenak e as ciências sociais latino-americanas para

confrontar a ontologia dualista ocidental que separa humanidade e natureza. Ao visibilizar modos outros de conceber a vida e a Terra, o texto incita o leitor a descolonizar o pensamento e a imaginar alternativas civilizatórias urgentes diante da crise ambiental. Dando continuidade à reflexão sobre o pensamento de Ailton Krenak, Maria Eduarda Ferro, Marcia Maria de Medeiros e Tânia Regina Zimmermann, em “A proposição de futuro pelas metáforas krenakianas: uma leitura de ‘O amanhã não está à venda’”, analisa a obra *O amanhã não está à venda*, explorando as potentes metáforas e ironias que Krenak mobiliza para questionar a “coisificação” do mundo pela modernidade. Enquanto o texto anterior situava Krenak no debate das ciências sociais, este mergulha em imagens como a “coalhada” e a “Mãe Terra” para denunciar a exclusão de coletivos considerados “sub-humanidade”.

Encerrando o dossiê, João Gabriel da Silva Ascenso, em “Estudar os indígenas ou estudar com os indígenas? Considerações sobre uma prática científica menos colonial”, propõe uma virada ética e metodológica fundamental: o deslocamento do “estudar os indígenas” para o “estudar com os indígenas”. Ao mapear as críticas à epistemologia eurocêntrica e dialogar com pensadores como Krenak e Kopenawa, o autor sugere quatro caminhos para uma prática científica menos colonial, pautada em “pazes provisórias” e na diplomacia entre humanos e não-humanos. A leitura é indispensável para pesquisadores que buscam desestruturar binarismos canônicos — como natureza e cultura — e desejam construir uma ciência que não apenas analise, mas que aprenda e coexista com a pluralidade dos saberes indígenas.

Como se pode observar, em termos metodológicos, o dossiê desafia as narrativas históricas nacionalistas, que classicamente acompanham as discussões sobre os povos indígenas. Estas visões deixam de lado os aspectos comuns de suas lutas e ideias contra o colonialismo interno promovido pelos Estados nacionais e setores privados. Para isso, o dossiê pretende ressaltar que o vínculo dos intelectuais indígenas transcende o pertencimento a um território estatal cujas fronteiras foram delimitadas arbitrariamente. Ademais, entende que um intercâmbio de experiências que transcende as barreiras geográficas, sejam elas estatais, oceânicas ou continentais, fortalece uma consciência política - e um fazer intelectual - em crescimento, que posteriormente se manifesta conforme as demandas e as visões locais.

Consideramos que este dossiê contribui para a História das Américas na medida em que os artigos que o compõem tensionam concepções hegemônicas de intelectualidade e explicitam as questões epistemológicas que esse deslocamento suscita para a prática historiográfica. Em meio à conjunção de crises que nos cerca, os trabalhos reunidos aqui investigam os significados históricos da emergência da política indígena organizada nas últimas décadas; examinam o papel e as trajetórias de acadêmicos, artistas e ativistas indígenas, no passado e no presente do continente; e analisam modos específicos pelos quais mundos indígenas se relacionam com o mundo moderno e, portanto, com essas e outras configurações de crise. Além disso, os artigos articulam as formas indígenas de conceber tempo, história e ação política a condições epistemológicas



| 203 e ontológico-existenciais, tomando a indigeneidade simultaneamente dentro e fora das instituições modernas. Ao fazê-lo, rompem com leituras essencialistas e romantizadas da alteridade. Por fim, o dossiê amplia a compreensão da relevância dessas histórias, dos saberes que elas e seus conhecedores mobilizam, e dos processos de negociação e resistência que implicam, em escalas locais e globais.

Desejamos a todos excelentes leituras.

Os organizadores

Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack (Doutorado em História Social da Cultura pela PUC-Rio)

Enrique Eduardo Antileo Baeza (Doutorado em Estudos Latinoamericanos pela Universidad de Chile)

Guilherme Bianchi Moreira (Doutorado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP).